



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV**

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065  
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo de Cessão de Uso Nº 6/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

**TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO  
DE BEM IMÓVEL CELEBRADO ENTRE O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
PIAUÍ E O MUNICÍPIO DE ALTOS-PI**

**Processo SEI nº 25.0.000046556-1**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ nº 06.981.344/0001-05, situado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundo, CEP 64.075-065, Teresina-PI, neste ato representado por seu **Presidente, Desembargador ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA**, denominado **CEDENTE**, e do outro lado, o **MUNICÍPIO DE ALTOS-PI**, inscrito no CNPJ sob nº 06.554.794/0001-11, com sede na Praça Cônego Honório, nº 30, S/N, Centro, CEP: 64290-000, Altos-PI, neste ato representado por seu Prefeito **MAXWELL PIRES FERREIRA**, denominado **CESSIONÁRIO**, para celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM IMÓVEL**, na forma do art. 184 da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações, Decreto nº 11.531/2023, Portaria TJPI nº 1.171/2008, bem como nos limites do **Processo SEI nº 25.0.000046556-1**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente termo a cessão gratuita de uso de bem imóvel, do ente **CEDENTE** ao **CESSIONÁRIO**, medindo 464,82 m<sup>2</sup> de área interna e 340,40 m<sup>2</sup> de área externa, localizado na Avenida Francisco Raulino, 2038, Centro, CEP: 64290-000, Altos-PI, de propriedade deste Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, conforme características constantes no Laudo Técnico Nº 17/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SENA (6754971).

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **2.1 Constituem obrigações do CEDENTE:**

I - disponibilizar, gratuitamente, ao **CESSIONÁRIO** espaço físico de imóvel, cujas especificações são apresentadas no Laudo Técnico Nº 17/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SENA (6754971);

II - facultar ao **CESSIONÁRIO** efetivar, sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento da área cedida, desde que não afetem a sua segurança e sejam atendidos os regulamentos e posturas municipais, convenção de condomínio e regimento interno aplicáveis;

III - responder pelos vícios ou defeitos anteriores ao empréstimo;

IV - fornecer ao **CESSIONÁRIO** a completa descrição do estado em que se encontra o imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência a eventuais defeitos existentes;

V - comunicar ao **CESSIONÁRIO** qualquer reforma porventura realizada no período, resguardando sempre as características do espaço cedido;

VI - comunicar ao **CESSIONÁRIO**, com antecedência de 6 (seis) meses, no caso de retomada do imóvel;

VII - realizar periodicamente inventários, auditorias dos bens, quando necessário.

#### **2.2 Constituem obrigações do CESSIONÁRIO:**

I - zelar pelo uso normal do imóvel, bem como pela sua conservação;

II - utilizar o espaço do imóvel única e exclusivamente para a finalidade deste Termo;

III - responder pelos encargos civis, administrativos e tributários, arcar com todas as despesas referentes à conservação, manutenção preventiva e corretiva, despesas com o consumo de internet, telefone, taxas, impostos, água, energia elétrica ou qualquer outra que venha incidir sobre os bens cedidos, a partir do seu efetivo recebimento;

IV - comunicar previamente ao Tribunal de Justiça a realização de modificações ou benfeitorias necessárias ao bom funcionamento do imóvel objeto desta cessão;

V - comunicar ao Tribunal de Justiça, com antecedência de 6 (seis) meses, no caso de renúncia ao uso do imóvel que lhe é conferido;

VI - consentir ao Tribunal de Justiça, a qualquer tempo, examinar e vistoriar o imóvel objeto deste instrumento;

VII - responsabilizar-se pela segurança do local cedido por eventuais danos, avarias, desaparecimentos, fragmentação, deterioração ou perecimento de materiais ou equipamentos armazenados, guardados ou instalados de forma inadequada, devendo, inclusive, manter a segurança necessária nas dependências da Unidade Judiciária e de seu patrimônio arquivístico.

VIII - devolver o bem, objeto do presente termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo fixado na Cláusula Oitava, como no caso de sua extinção antecipada;

IX - realizar a reparação de danos ocorridos nos espaços cedidos ou nas suas instalações;

X - cumprir qualquer exigência das autoridades públicas referentes a atos praticados pelo cessionário.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS**

3.1 O CEDENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO perante terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens emprestados, tampouco responderá o CEDENTE, a qualquer título, por eventuais reformas, construções, danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do CESSIONÁRIO, por meio de servidores, prepostos ou contratantes.

### **CLÁUSULA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS**

4.1 Em decorrência da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018 (LGPD), que estabelece regras para tratamento de dados de pessoa física, as partes ajustam a inclusão das seguintes obrigações quanto à privacidade e proteção de dados:

a) as partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais aos quais venham a ter acesso em decorrência da execução do Acordo, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da cooperação técnica;

b) é vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do Acordo, para finalidade distinta da contida no objeto da cooperação técnica, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

c) os partícipes obrigam-se a comunicar entre si, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência deste Acordo e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

d) as partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham a ter acesso em decorrência da execução do Acordo, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO USO DO IMÓVEL**

5.1 O CESSIONÁRIO se compromete a usar as áreas objeto deste termo para abrigar os órgãos de assessoramento, secretarias e unidades de atendimento ao público, visando cumprir as finalidades da entidade e adequar sua estrutura física e de pessoal, de modo a atender os cidadãos de maneira cada vez mais adequada.

## CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE RETENÇÃO

6.1 As benfeitorias eventualmente realizadas pelo cessionário, ainda que úteis ou necessárias, serão incorporadas ao imóvel, sem ensejar direito a indenização e retenção.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA NATUREZA JURÍDICA

7.1 A outorga da presente cessão de uso é feita por tempo determinado, de forma gratuita e intransferível.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O presente Termo é celebrado a título gratuito, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir de sua publicação no Diário da Justiça do Estado do Piauí (DJE/PI).

## CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1 Resolver-se-á o presente Termo de cessão por mútuo acordo ou unilateralmente em razão de descumprimento por qualquer dos partícipes, de cláusula contida no presente instrumento, ou, ainda, quando conveniente a qualquer das partes.

9.2 Extinto o Termo, o CEDENTE, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do imóvel.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização relativa à correta utilização dos espaços cedidos e adequação às finalidades previstas neste Termo caberá aos representantes dos partícipes, que poderão, a qualquer tempo, promover diligências destinadas à inspeção.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 A publicação resumida deste Termo será providenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, na forma e para os fins da lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os signatários mediante aditamento ao presente termo, com fundamento na legislação de regência.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1 Este instrumento é celebrado com base no art. 184 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decreto nº 11.531/2023 e Portaria TJPI nº 1.171/2008.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Cessão, fica eleito o foro de Teresina, Capital do Estado do Piauí, como competente para resolver quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Termo.



Documento assinado eletronicamente por **Maxwell Pires Ferreira, Usuário Externo**, em 21/05/2025, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente**, em 11/06/2025, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **6832585** e o código CRC **F4CCC8A2**.

---